



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL
SUPERIOR - CAPES
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO
BÁSICA - PARFOR
CAMPUS CAMPINA GRANDE**

JOSEFA ISABEL DE FREITAS LOURENÇO

**APERFEIÇOAMENTO PARA O USO DA LÍNGUA PORTUGUESA: UMA ANÁLISE
DESSA ABORDAGEM NOS PPCs DE CURSOS DE LICENCIATURA**

CAMPINA GRANDE - PB

2023

JOSEFA ISABEL DE FREITAS LOURENÇO

**APERFEIÇOAMENTO PARA O USO DA LÍNGUA PORTUGUESA: UMA ANÁLISE
DESSA ABORDAGEM NOS PPCs DE CURSOS DE LICENCIATURA**

Artigo Científico apresentado na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC como requisito para aprovação e conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Campina Grande.

Orientadora: Profa. Dra. Germana Correia de Oliveira

CAMPINA GRANDE - PB

2023

JOSEFA ISABEL DE FREITAS LOURENÇO

**APERFEIÇOAMENTO PARA O USO DA LÍNGUA PORTUGUESA: UMA ANÁLISE
DESSA ABORDAGEM NOS PPCs DE CURSOS DE LICENCIATURA**

Artigo Científico apresentado na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC como requisito para aprovação e conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Campina Grande.

Data: 02 de dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Germana Correia de Oliveira
Orientadora - IFPB/SEEPB

Prof. Msc. Richardson Correia Marinheiro
Examinador interno - IFPB

Prof. Dr. Fábio Marques Bezerra
Examinador interno - IFPB

RESUMO

A presente pesquisa aborda das práticas de aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa nos Planos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de licenciatura das instituições de ensino superior públicas do Brasil. Tal temática se coloca tendo-se em vista o que é preconizado pelo Conselho Nacional de Educação, através da Resolução CNE/CP Nº: 2/2015 (Brasil, 2015), que determina que sejam contemplados aspectos relacionados à ampliação e ao aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa e à capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos fundamentais da formação dos professores. Desse modo, este trabalho tem como objetivo analisar como se dá a abordagem do aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa nos PPCs dos cursos de Licenciatura, de modo a: i) Mapear os PPCs quanto à presença de disciplinas (específicas ou não) que contemplem o aperfeiçoamento do uso da Língua Materna nesses PPCs; e ii) Analisar a natureza dessas abordagens nos PPCs para a garantia da qualidade da formação docente. Para a realização do estudo escolhemos utilizar a metodologia da pesquisa documental, com análise quanti-qualitativa que previu a realização de coleta de dados em sites das instituições a partir de critérios pré-definidos e busca a partir de palavras-chave, relacionadas à temática, nos arquivos digitais dos documentos. Os dados do *corpus* aqui considerado compreenderam 26 PPCs de diferentes cursos de licenciatura de diferentes lugares do Brasil que foram submetidos à análise da presença de componentes curriculares que previssem o aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa. Fundamentamos as reflexões aqui apresentadas nos estudos de Camargo e Britto (2011), Madaleno (2011), Guiraldelo (2006), dentre outros. Os resultados revelam que a maioria dos PPCs pesquisados (69,3%) obedecem à Resolução CNE/CP Nº: 2/2015 (Brasil, 2015), apresentando disciplinas que possibilitam aos futuros professores aperfeiçoar o uso da Língua Portuguesa e, conseqüentemente, garantirem experiências de uso da linguagem mais eficazes no seu exercício profissional.

Palavras-chave: Língua Portuguesa. PPC. Licenciatura.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	06
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	09
2	MÉTODO DA PESQUISA.....	12
3	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	17
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
	REFERÊNCIAS.....	23

1 INTRODUÇÃO

A formação de professores no Brasil tem sido alvo de muitas preocupações nas últimas décadas, uma vez que temos sempre vivenciado problemas na educação brasileira, os quais, em parte, tem a ver com o processo de formação dos profissionais que nela atuam. Desse modo, é importante que se garanta ao estudante das licenciaturas o acesso a todos os saberes necessários para o exercício pleno de suas funções, otimizando o processo ensino-aprendizagem e garantindo uma educação de qualidade.

A maneira como está organizado o curso de licenciatura, os componentes curriculares que o compõem e a maneira como abordam esses saberes essenciais para a prática educativa é o que vai definir o perfil do egresso e, por isso, é importante que esse documento norteador contemple várias dimensões de formação do professor, sendo uma delas o aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa, tão necessário a todas as profissões, ainda mais para o educador.

São notórias as dificuldades com a Língua Portuguesa para muitas pessoas que ingressam na universidade (ler e interpretar textos, falar em público em situações formais, redigir diferentes gêneros textuais etc.), isso é reflexo de uma educação básica lacunar, por isso, disciplinas que prevejam o aperfeiçoamento do uso da língua devem ser ofertadas, especialmente para assegurar aos egressos do curso autonomia que a língua proporciona para o desenrolar da sua vida acadêmica e profissional.

Os estudantes das licenciaturas, futuros professores, em específico, muitas vezes apresentam a Língua Portuguesa como um problema que vem antes da universidade. Quando saem da escola básica, subentende-se que os estudantes já deveriam dominar as regras e normas da língua culta, mas não é isso que acontece (Guiraldelo, 2006).

Além disso, é importante que se considere a premissa de que, mesmo sendo falantes nativos da Língua Portuguesa e que a tenhamos estudado durante a vida escolar, precisamos sempre aperfeiçoar seus usos, principalmente dentro do campo da linguagem formal (acadêmico-científica), que é a exigida pelas práticas universitárias e profissionais.

O documento que norteia a ação educativa dos cursos em geral é chamado de Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Tal documento, explicita os seus fundamentos políticos, filosóficos, teórico-metodológicos, os objetivos, o tipo de organização, bem

como as formas de implementação e avaliação. Dentre outros componentes curriculares de formação geral que o PPC apresenta, faz-se necessária a presença dos estudos do ensino da Língua Portuguesa nos diversos cursos, em especial nas licenciaturas, como já exposto, uma vez que o professor irá lidar com oralidade e escrita em praticamente todos os exercícios de suas funções, precisando ser claro, objetivo e eficaz na sua comunicação.

Nesse sentido, as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério, consolidadas através da Resolução CNE/CP Nº: 2/2015, aprovada em 09 de junho de 2015, quando enumera no seu tópico 2.1 a Base Comum Nacional e organicidade da formação, assegura que a formação inicial e continuada deve contemplar “(...) V - aspectos relacionados à ampliação e ao aperfeiçoamento do uso da língua portuguesa e à capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos fundamentais da formação dos professores e à aprendizagem de Libras;” (Brasil, 2015, p. 22).

Considerando o cenário acima exposto e com base no texto legal, reiteramos a necessidade de investigar se as licenciaturas estão ofertando e contento as disciplinas relacionadas ao aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa, ajudando a melhorar as práticas de linguagem como ponto primordial para formação e posterior atuação profissional do(a) futuro(a) professor(a).

Diante desse contexto, nessa pesquisa, guiamo-nos pelos seguintes questionamentos: Como são abordadas as práticas de aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa nos PPCs dos cursos de Licenciatura? Será que esses cursos, em seus PPCs, preveem o estudo de Língua Portuguesa de modo a garantir aos seus egressos as competências necessárias para o uso da linguagem no exercício da docência?

Assim, essa pesquisa objetivou **analisar como se dá a abordagem do aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa nos PPCs dos cursos de Licenciatura das instituições públicas federais do Brasil (IFs)**. Como objetivos específicos, traçamos: i) Mapear os PPCs quanto à presença de disciplinas (específicas ou não) que contemplem o aperfeiçoamento do uso da Língua Materna nesses PPCs; ii) Analisar a natureza dessas abordagens nos PPCs para a garantia da qualidade da formação docente.

A fim de expor o cumprimento desses objetivos e transcurso da pesquisa, este artigo foi organizado em: I) introdução, na qual foram discutidos aspectos

contextualizadores iniciais da temática abordada, os objetivos e a justificativa da presente pesquisa; II) referencial teórico, que aborda discussões atuais dos principais autores e documentos relacionados ao tema; III) metodologia, onde delineamos os procedimentos e técnicas utilizados a fim de alcançar os resultados pretendidos; IV) resultados e discussão, no qual são analisados os PPCs escolhidos e discutidas as informações obtidas através desta análise; e, por fim, V) considerações finais, em que são ponderados as contribuições do estudo para a reflexão sobre a problemática em questão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nos últimos anos, alguns pesquisadores vêm demonstrando uma maior preocupação em relação à leitura e à escrita dos alunos que ingressam nas universidades, pois se constata grande número de estudantes sem domínio da Língua Portuguesa, sendo que essas dificuldades são advindas das lacunas de aprendizagem que os alunos trazem desde da educação básica.

É preciso, então, considerar as limitações de leitura e escrita advindas dos níveis de ensino anteriores, no sentido de saber qual é a condição letrada dos estudantes, pois, segundo Camargo e Britto (2011, p. 2),

as dificuldades dos estudantes, no que diz respeito à Língua Portuguesa, encontram razões fora dos limites fechados e artificiais da cultura escolar e se revelam mais relacionados às formas desses alunos interagirem e conviverem com os objetos da cultura letrada, no meio social de que fazem parte.

De acordo com Madaleno (2007), temos também a problemática de que, apesar das dificuldades dos alunos recém ingressos, durante muito tempo, “o português foi abolido da grade curricular de maior parte das universidades” e, quando há, esses mesmos alunos “se habituaram a considerá-lo uma disciplina de menor importância, algo sem relação direta com a vida prática” (p.1). Tal realidade resulta no fato de o jovem terminar o ensino superior com “deficiências graves” de uso da língua(gem), as quais, nas palavras da autora, ele “carrega para a vida profissional”.

A despeito dessa realidade pouco otimista com relação ao domínio da Língua Portuguesa pelo ingressos nos cursos de licenciatura, cumpre ressaltar que a Resolução CNE/CP nº 02/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, preconiza “V - a ampliação e o aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa e da capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos fundamentais da formação dos professores, (...);” (Brasil, 2015, 44).

De acordo com Andrade (2007, p. 34),

A educação tem um valor essencial na vida humana e não é apenas enfatizada como um direito de todos, mas também vista como um requisito essencial numa sociedade tão exigente e em constante

mudança como a de hoje. Nesse contexto, as pessoas devem ter uma boa qualificação profissional, o que exige o desenvolvimento de habilidades comunicativas com foco na língua portuguesa (ANDRADE, 2007).

Sobre essa questão, Lima (2001) destaca a importância da Língua Portuguesa para a ascensão profissional, pois, segundo o autor, “quem não consegue articular pensamentos com clareza e correção tem um grande entrave à ascensão na carreira” (p. 104).

Na visão de Ghiraldelo (2006), a iniciativa de incluir disciplinas de Português nas grades de cursos de nível superior ocorre basicamente por dois motivos:

Um deles é o desempenho do aluno na língua materna, que hoje ingressa na universidade, não ser como os docentes desses cursos gostariam – ou desejariam. A inclusão de tais disciplinas é vista, muitas vezes, como uma maneira de ‘corrigir’ as supostas falhas do Ensino Médio e Fundamental. A outra razão é a expectativa de que tais disciplinas possam desenvolver no aluno habilidades consideradas necessárias para o seu desempenho durante a graduação e, quando diplomado, o exercício profissional. (GHIRALDELO, 2006, p. 7).

Tomando-se como ponto pacífico a importância e obrigatoriedade da oferta de disciplinas para aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa em cursos superiores, Camargo e Britto (2011) realizaram importante pesquisa sobre as vertentes que vêm tomando essa oferta no Brasil. Tal estudo esteve respaldado nos Programas de Ensino dos Cursos (PPCs), analisando as concepções de linguagem e de formação acadêmica a eles subjacentes. Assim, a pesquisa revelou três vertentes quanto aos programas de ensino, a saber:

a) a primeira, de perspectiva reparadora ou supletiva, visa superar deficiências da escolaridade anterior e carrega uma noção normativa de língua, privilegiando o ensino da língua formal; b) a segunda, de viés pragmático, tem perfil tecnicista; seus estudos abrangem modelos e usos de língua peculiares à área de conhecimento, sob a presunção de que tal ensino instrumentalizaria os estudantes para o exercício da profissão; c) a terceira, de caráter discursivo-textual, com perfil formativo-acadêmico, valoriza o discurso acadêmico e o desenvolvimento intelectual. As três, contudo, mantêm a perspectiva de que o domínio da escrita é condição da aprendizagem de outros conhecimentos. (Camargo; Britto, 2011, p. 345).

Diante dessas constatações, os autores salientaram a relevância que o tema assume nas propostas pedagógicas das instituições de Educação Superior no Brasil, uma vez que “o ensino de leitura e escrita é presença marcante em um número expressivo de cursos e de instituições do quadro analisado, na forma de uma ou mais disciplinas”. (Camargo; Britto, 2011, p. 351).

3 MÉTODO DA PESQUISA

Nesse estudo, foi realizada uma pesquisa do tipo documental, tendo como material a ser analisado os PPCs dos cursos de licenciatura dos Institutos Federais, publicados dentre os anos de 2015 e 2022. Sobre esse tipo de pesquisa, Severino (2017) apresenta que os conteúdos presentes nos documentos constituem-se como uma matéria-prima na qual o investigador realizará a sua pesquisa e atingirá as suas análises e conclusões.

Além disso, como explica Gerhardt e Silveira (2009), em relação à abordagem metodológica, essa pesquisa se qualifica como pesquisa quali-quantitativa, pois, além de permitir o desenvolvimento de ideias e sugestões sobre o tema a partir da descrição e interpretação dos dados encontrados nos PPCs levantados, também possibilita uma representação numérica e/ou gráfica desses dados.

Assim, ancorados nas ciências sociais aplicadas, adotamos a pesquisa descritiva por meio da análise documental, onde realizamos um exame crítico de PPCs de cursos presenciais de licenciatura oferecidos pelos IFs de todos os estados brasileiros, a fim de identificar e analisar nesses documentos a oferta de disciplinas para o aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa, observando ainda se são condizentes com a legislação que trata sobre o tema e a natureza da abordagem que fazem.

Segundo Cellard (2012), este método possibilita aos pesquisadores, a partir da análise dos textos para extração dos elementos pertinentes à temática, tornar consciente as similitudes, relações e diferenças dos documentos, conduzindo o pesquisador a uma análise crítica e a reconstruções admissíveis e confiáveis.

De acordo com a proposta metodológica apresentada na obra de Jean Poupart e colaboradores (2012), a definição da fonte da pesquisa, as etapas de análise preliminar (seleção por contexto, autores, confiabilidade da fonte, natureza e conceitos-chave) e a fase de análise são fundamentais para uma boa condução do método de análise documental.

Desse modo, a partir da análise de fontes primárias de informações, nesse caso os PPCs, bem como da pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir da leitura, análise e apreciação de artigos de relevância acadêmica e de obras produzidas pelos principais autores da temática abordada, a coleta de dados foi realizada durante os meses de junho, julho e agosto de 2023, detendo-se aos bancos de dados

institucionais informatizados para o levantamento de documentos inteiramente digitalizados e *on-line*.

Devido à grande quantidade de cursos existentes no país, adotamos os critérios de seleção por contexto e autores por meio de uma revisão integrativa para a seleção das propostas pedagógicas de maior relevância, tendo como base de dados o sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil, o e-MEC.

Como critérios de inclusão foram adotados os seguintes descritores na busca de dados no sistema: Buscar por “Curso de Graduação”; “Gratuidade do Curso”; modalidade “Presencial”; grau de “Licenciatura”; Índice Conceito máximo de Curso (conceito 5); e situação “Em Atividade”.

A pesquisa preliminar no sistema apresentou um total de 206 cursos. Buscando conduzir as etapas de seleção por confiabilidade e natureza da fonte, e construir uma base de informações satisfatória para a pesquisa, foram incluídos somente os cursos avaliados no período de 2015 a 2022, por serem cursos que tinham propostas pedagógicas fundamentadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais atuais e por terem sido avaliados adotando os mesmos critérios do vigente instrumento de avaliação externa do Ministério da Educação. Essa seleção sistemática possibilitou incluir na pesquisa uma amostra total de 42 (quarenta e dois) PPC's.

Dessa maneira, esses documentos foram selecionados considerando-se os seguintes critérios de inclusão: a) PPCs de acesso livre ao público para consulta, disponibilizados em PDF ou Word nos sites das próprias instituições de ensino; b) PPCs de cursos de licenciatura; c) PPCs elaborados por IFs de todo o país; e d) PPCs datados de 2015 a 2022.

Foram excluídos da pesquisa os PPCs anteriores a 2014 e cujo acesso fosse privado a alunos ou egressos da instituição ou não estivessem disponíveis para *download* na época em que a coleta de dados foi desenvolvida, que se referissem a cursos de Bacharelado ou Tecnólogo e que fossem relativos a outras instituições além dos IFs.

Desses 42 PPCs levantados para análise de seus PPCs, devido à natureza da problemática aqui considerada – a abordagem do aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa em cursos de Licenciatura -, decidimos excluir ainda os PPCs dos cursos de Licenciatura Plena em Letras, compreendendo que esses cursos, em sua gênese, já trazem inerentes a si essa abordagem, a qual lhes é constitutiva, já que dela saem

os profissionais especializados em ensinar a própria Língua Portuguesa. Tal condição poderia interferir na pertinência dos resultados encontrados por essa investigação, uma vez que um dos objetivos é discutir a frequência e natureza da abordagem anteriormente citada nas licenciaturas em geral. Considerar os PPCs do curso de Letras significaria intensificar os resultados que se referem à presença da abordagem, gerando conclusões não compatíveis com a realidade dos cursos em geral.

A partir da aplicação desses critérios de inclusão e exclusão anteriormente mencionados, restou-nos à análise 26 (vinte e seis) PPCs, os quais correspondem a distintos cursos de licenciatura de diversos Institutos Federais brasileiros e estão listados a seguir (**curso** – instituição – ano de elaboração do PPC):

1. **Licenciatura em Biologia** - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – 2014.
2. **Licenciatura em Ciências Biológicas** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – 2018.
3. **Licenciatura em Ciências Biológicas** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – 2017.
4. **Licenciatura em Ciências Biológicas** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - 2018.
5. **Licenciatura em Ciências Biológicas** - Instituto Federal Farroupilha - 2014.
6. **Licenciatura em Ciências da Natureza** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – 2015.
7. **Licenciatura em Formação Pedagógica para docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – 2017.
8. **Licenciatura em Dança** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – 2018.
9. **Licenciatura em Educação do Campo** - Instituto Federal de Sul de Minas Gerais – 2016.
10. **Licenciatura em Educação Física** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – 2017.
11. **Licenciatura em Educação Física** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – 2015.

12. **Licenciatura em Formação Pedagógica para a Educação Básica, Profissional e Tecnológica Presencial** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – 2018.
13. **Licenciatura em Informática** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – 2018.
14. **Licenciatura em Matemática** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande Do Norte – 2018.
15. **Licenciatura em Matemática** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – 2017.
16. **Licenciatura em Matemática** - Instituto Federal Farroupilha – 2008.
17. **Licenciatura em Música** - Instituto Federal Fluminense – 2016.
18. **Licenciatura em Pedagogia** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – 2017.
19. **Licenciatura em Pedagogia** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – 2016.
20. **Licenciatura em Pedagogia** - Instituto Federal Goiano - 2015.
21. **Licenciatura em Pedagogia Bilíngue** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Anta Catarina - 2016.
22. **Licenciatura em Pedagogia Bilíngue: Libras/Português** - Instituto Federal de Educação de Goiás – 2018.
23. **Licenciatura em Química** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – 2021.
24. **Licenciatura em Química** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – 2015.
25. **Licenciatura em Química** - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – 2015.
26. **Licenciatura em Teatro** - Instituto Federal Fluminense – 2015.

Após a localização dos PPCs dos cursos acima listados, as informações relevantes a esse estudo foram levantadas, sistematizadas e analisadas e, em seguida, foram inseridas em documento do Microsoft Word 2013, a fim de que pudesse ser investigada a problemática aqui considerada.

Os dados foram analisados a partir de uma abordagem quali-quantitativa, a fim de verificar se esses cursos oferecidos contemplam o aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa.

Para conduzir a nossa análise dos dados, inicialmente, fizemos um levantamento da abordagem da Língua Portuguesa em disciplinas presentes nos PPCs, dividindo-os em dois grandes grupos: (i) PPCs que **não abordam** a Língua Portuguesa e (ii) PPCs que **abordam** a Língua Portuguesa. Posteriormente, exploramos os PPCs do segundo grupo a partir da pesquisa automática no documento, guiados pelas seguintes palavras-chave: “Língua Portuguesa”, “Português”, “Leitura” e “Escrita”. Nas ocorrências localizadas a partir das palavras-chave, apreciamos os enunciados do contexto de modo a selecionar ementas de disciplinas. Após essa sistematização, procedemos à apresentação e discussão dos resultados, que será feita no tópico que se segue.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

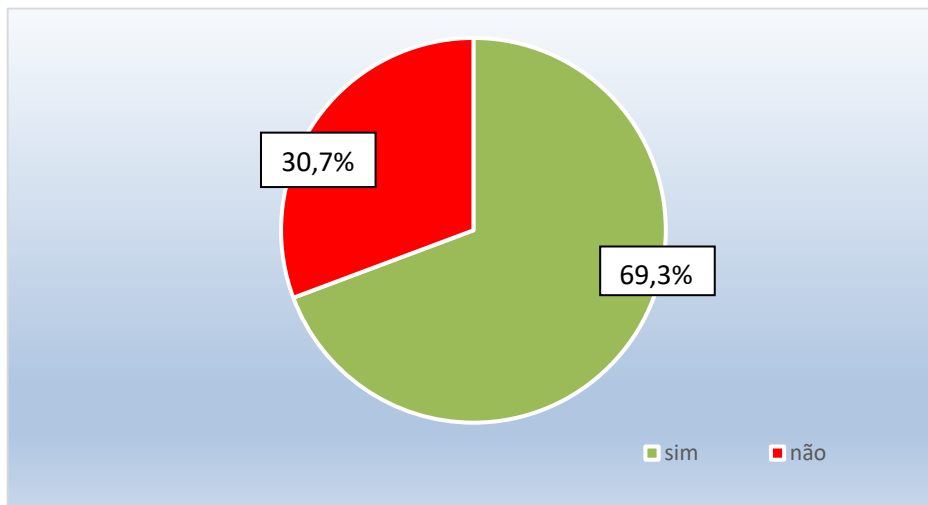
Como descrito na introdução desse estudo, o nosso objetivo geral foi analisar como se dá a abordagem do aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa nos PPCs dos cursos de Licenciatura das instituições públicas federais do Brasil. Para tanto, através dos procedimentos metodológicos descritos no tópico anterior, mapeamos os PPCs quanto à presença de disciplinas (específicas ou não) que contemplem o estudo do aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa. Em seguida, analisamos a natureza dessas abordagens nos PPCs para a garantia da qualidade da formação docente.

Tomando para análise o *corpus* composto pelos 26 PPCs listados anteriormente, constatamos que, dentre eles, a maioria tem previstas na sua composição componentes curriculares que abordam o estudo da Língua Portuguesa. Neles, as nomenclaturas dadas às disciplinas variam muito, desde a clássica “Português Instrumental” a “Práticas linguísticas”, passando por “Leitura e Produção de textos” e “Leitura e escrita”, dentre outros. Independentemente do nome dado ao componente curricular, para cumprir a determinação da resolução CNE/CP nº 02/2015, o importante é que haja a previsão do estudo das questões relacionadas à língua e seu aperfeiçoamento.

Nesse sentido, em números, temos que 18 (dezoito) PPCs de cursos oferecem ao menos uma disciplina que aborda o aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa em sua grade, obedecendo o disposto na Resolução CNE/CP nº 02/2015. Entretanto, dentre os 26 PPCs de cursos, 8 (oito) não preveem nenhum componente curricular para o estudo da Língua Portuguesa.

Abaixo, apresentamos um gráfico que descreve esses achados da pesquisa na sua dimensão percentual:

Gráfico1 - Abordagem do aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa nos PPCs



Fonte: Elaboração própria (2023).

A lista a seguir apresenta os 8 cursos que não abordam o aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa em seus os PPCs:

1. **Licenciatura em Ciências Biológicas** - Instituto Federal Farroupilha - 2014.
2. **Licenciatura em Formação Pedagógica para docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – 2017.
3. **Licenciatura em Educação do Campo** - Instituto Federal de Sul de Minas Gerais – 2016.
4. **Licenciatura em Educação Física** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – 2017.
5. **Licenciatura em Formação Pedagógica para a Educação Básica, Profissional e Tecnológica Presencial** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – 2018.
6. **Licenciatura em Matemática** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – 2017.
7. **Licenciatura em Química** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – 2015.
8. **Licenciatura em Música** - Instituto Federal Fluminense – 2016.

Como podemos observar, não há como traçar um perfil dos cursos que não cumprem a Resolução CNE/CP nº 02/2015, pois se apresentam bastante heterogêneos, tanto nas áreas de conhecimento quanto nas diferentes localidades em que se situam. Alguns deles, como constatamos durante a análise, contemplam disciplina relativas à Língua Brasileira de Sinais, que é previsto no texto legal, mas não fazem referência aos usos da Língua Portuguesa como primeira língua.

Uma questão que consideramos interessante analisar foi que os PPCs dos cursos de “formação pedagógica” presentes no *corpus* também não contemplam disciplinas que abordem a Língua Portuguesa, talvez isso ocorra por serem cursos direcionados a profissionais já graduados, o que não justifica plenamente essa ausência dadas as lacunas do letramento acadêmico que sempre ocorrem por estudantes universitários de quaisquer níveis.

No Quadro 1 a seguir, expomos a lista dos 18 cursos cujos PPCs trouxeram a abordagem do aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa e as respectivas ementas das disciplinas previstas:

Quadro 1 – Cursos e ementas das disciplinas que preveem o estudo da língua Portuguesa dos PPCs

Curso - Instituição - ano	Ementa da disciplina
Licenciatura em Matemática - Instituto Federal Farroupilha - 2008.	Estratégias de leitura e compreensão dos gêneros textuais das esferas profissional e/ou acadêmica tais como resumo, resenha, artigo científico, entre outros pertinentes à área de conhecimento. Recursos linguísticos e discursivos relevantes para a prática de produção textual.
Licenciatura em Química - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – 2015.	Considerações sobre a noção de texto. Intertextualidade e As relações do Texto com a História. Níveis de leitura de um texto / Estrutura profunda do texto. As várias possibilidades de leitura de um texto. Procedimentos de leitura. Níveis de linguagem. Coesão e coerência textual. Acentuação gráfica. Crase. Pontuação. Paronímia. Problemas gerais da norma culta.
Licenciatura em Biologia - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – 2014.	A leitura e a escrita na Universidade: linguagem e construção do conhecimento. Pressupostos básicos: concepções de linguagem, texto, textualidade, gêneros textuais. Condições de produção da leitura e da escrita do texto acadêmico. Tipos e gêneros textuais: sua estrutura e funcionamento. Argumentação. Coesão e coerência.
Licenciatura em Ciências Biológicas - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – 2017.	Leitura, compreensão e interpretação de gêneros textuais diversos, explorando seus aspectos composicionais, pragmáticos e discursivos. Produção de textos adequados às diferentes instâncias de comunicação da área de formação, com ênfase nos gêneros acadêmico-científicos. Coesão e coerência textual. Citações e referências. Comunicação oral. Tópicos de análise linguística. Uso de recursos tecnológicos.
Licenciatura em Ciências Biológicas - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – 2018.	Prática de leitura, interpretação e elaboração de texto verbal. Planejamento e produção de textos referenciais com base em parâmetros da linguagem técnico-científica. Produção e desenvolvimento de paráfrase, paródias, resumos, esquemas, resenha descritiva e crítica, textos didático-pedagógicos de áreas

	específicas; domínio das habilidades linguísticas de expressão oral e escrita, considerando a norma padrão da língua. Desenvolvimento da Argumentação: estratégias argumentativas e operadores argumentativos. Aplicação das modalidades no texto argumentativo. Elaboração de textos para diversos tipos de leitores no âmbito empresarial. Análise e interpretação de textos dirigidos a funcionários de empresas, clientes, fornecedores e comunidade. Comunicação oral em apresentações.
Licenciatura em Ciências Biológicas - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - 2018.	A organização do texto: articulação de elementos temáticos estruturais de modo a obter coesão e coerência; aspectos práticos na elaboração de resumos, relatórios e resenhas; aspectos gerais da comunicação oficial (redação técnica).
Licenciatura em Teatro - Instituto Federal Fluminense – 2015.	Desenvolvimento de habilidades e competências da Língua Portuguesa nas possibilidades de comunicação: verbal, não verbal e instrumental. Exercícios práticos de oralidade e escrita na Língua Portuguesa. Compreensão da retórica, da argumentação e da lógica para a produção de texto. Conhecimento e aplicação das estratégias de leitura e de escuta. Análise da linguagem simbólica. Elaboração de adaptação de textos não dramáticos para o teatro.
Licenciatura em Ciências da Natureza - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – 2015.	Língua escrita e falada. Variedades e variações de linguagem. Adequação dos níveis de linguagem. Vocabulário e campo semântico. Correção gramatical. Técnicas de Leitura. Leitura e Produção de gêneros do contexto acadêmico, na perspectiva da metodologia científica. Relação entre língua, linguagem e sociedade. O discurso e as implicações sociais, históricas e políticas sexismo, inclusão, exclusão, relações étnico-raciais, Preconceitos e Estereótipos velados e/ou explícitos). Intertexto e interdiscurso; Ortografia. Sintaxe de Concordância e de Colocação Pronominal.
Licenciatura em Dança - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – 2018.	Por encontrar-se em um curso de perspectiva artística, a disciplina de Língua Portuguesa, neste caso, busca fazer uma abordagem do processo comunicativo como um todo – explorando os recursos linguísticos, estruturas discursivas, gêneros textuais e princípios de interpretação, mas objetiva, além disso, promover a exploração e a análise de conceitos e princípios de caráter artístico que marcam tanto a ver tente literária quanto as demais manifestações de arte em geral.
Licenciatura em Pedagogia - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – 2017.	Leitura, produção de textos e análise linguística. Estrutura frasal. Pesquisa e formação do leitor e do escritor. Discurso, docência e pesquisa. Produção de textos: descritivos, narrativos e dissertativos.
Licenciatura em Pedagogia - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – 2016.	A disciplina “Fundamentos e metodologias do ensino da Língua Portuguesa: produção de texto” discute a produção textual a partir de um conceito dialógico da linguagem. Para tanto, o estudo da escrita e da oralidade – que ocorre principalmente por meio de elementos de textualização – é contemplado de modo teórico e prático, a fim de que os graduandos possam visualizar o ensino da produção de textos de maneira científica e, com isso, refletir sobre suas práticas.
Licenciatura em Pedagogia - Instituto Federal Goiano - 2015.	A formação da Língua Portuguesa. Teorias linguísticas que subsidiam o processo de ensino e aprendizagem da língua materna na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Variação linguística. Tipos e ensino da gramática (na visão tradicional e em novas perspectivas). Atitudes e preconceitos linguísticos. Elementos estruturais da Língua Portuguesa.
Licenciatura em Pedagogia Bilíngue - Instituto Federal de	Gêneros Textuais/Discursivos; Tipologias textuais: narração, descrição, exposição, injunção e argumentação;

Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - 2016.	O discurso inserido na trama textual; Polifonia; Intertextualidade; Tópicos gramaticais do português padrão.
Licenciatura em Pedagogia Bilíngue: Libras/Português - Instituto Federal de Educação de Goiás - 2018	Prática de leitura e produção de textos em português como L1 ou como L2, com ênfase nos aspectos de sua organização linguística. Desenvolvimento de estruturas básicas da língua portuguesa e uso do português em situações formais e informais. Introdução aos gêneros textuais acadêmicos.
Licenciatura em Química - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – 2021.	Suas práticas integradas visam a ampliação e aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa, da capacidade comunicativa, oral e escrita e da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).
Licenciatura em Informática - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – 2018.	Leitura e Escrita de Textos Acadêmicos e de Divulgação Científica.
Licenciatura em Matemática - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – 2018.	Leitura e Escrita de Textos Acadêmicos e de Divulgação Científica
Licenciatura em Educação Física - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – 2015.	Leitura, interpretação e produção de textos. Coesão e coerência textual. Normas gramaticais. Tipologia textual: resumo, resenha, artigo acadêmico, relatório, monografia. Referências bibliográficas. Estrutura dissertativa de caráter científico.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Como pudemos observar 69,3% dos PPCs que compõem o nosso *corpus* trazem ao menos uma disciplina relativa aos estudos da Língua Portuguesa, o que é um bom número, considerando-se que a resolução que obriga essa prática é relativamente recente.

A amostra considerada traz uma visão panorâmica dos cursos de licenciatura, uma vez que traz grande variedade de áreas de conhecimento (Biologia, Química, Matemática, Dança, Música, Informática, Educação Física etc.), de cursos de diferentes Institutos Federais espalha dos pelo Brasil.

As ementas das disciplinas encontradas também apresentam grande diversidade de conteúdos relacionados e suas recorrências confirmam os achados da pesquisa de Camargo e Britto (2011) no que se refere às três vertentes dos programas de ensino. Assim, podemos afirmar que vemos presente a perspectiva “reparadora ou supletiva”, revelada na presença dos itens de estudo da gramática e aspectos da língua formal; a perspectiva pragmática, presente em praticamente todas as ementas, com função instrumentalizadora e focada em que textos é preciso saber ler e escrever no exercício da profissão; e a abordagem de caráter discursivo-textual, mais voltada ao estudo dos gêneros textuais acadêmicos e desenvolvimento intelectual, já avançando nas práticas linguístico-discursivas do letramento acadêmico, sua oralidade e escrita, que são tendências atuais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa pesquisa em que foram analisados 26 PPC's de cursos de licenciatura em âmbito nacional, podemos constatar que os cursos oferecidos pelos Institutos Federais, em sua maioria, abordam o aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa em sua grade curricular, o que já pode ser considerado um avanço, dada a tendência de se menosprezar disciplinas que não pertencem ao núcleo temático da área de conhecimento do curso.

A partir da realização desse trabalho, podemos reforçar a importância de trabalhar disciplinas relativas ao estudo da Língua Portuguesa nas grades curriculares dos cursos superiores, o que proporciona melhorias no uso da linguagem acadêmica e/ou profissional. Dessa forma, pôde-se observar que a Língua Portuguesa é considerada a base para a formação de todos os acadêmicos, independentemente da sua especialidade.

Nos cursos de ensino superior, desenvolver e aprimorar a capacidade de interpretar, ler, dialogar e escrever é essencial para o bom desempenho dos alunos, por isso, é muito importante que os professores universitários também conheçam os fundamentos teóricos sobre o ensino da leitura para reforçar sua metodologia pedagógica que, aliás, vai muito além de ter acesso a conhecimentos específicos de determinadas disciplinas pois tudo é intermediado pela linguagem, seja ela falada ou escrita.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ludmila Thomé de. **Professores Leitores e sua formação:** transformações discursivas de conhecimentos e de saberes. 1ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 02/2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22015.pdf?query=resolu%5Cu00e7%5Cu00e3o. Acesso em: 28 fev. 2023.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 02/2015.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17625-parecer-cne-cp-2-2015-aprovado-9-junho-2015&category_slug=junho-2015-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 28 fev. 2023.

CAMARGO, Márcio José Pereira de; BRITTO, Luiz Percival Leme. Vertentes do ensino de Português em cursos superiores. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 2, p. 345-353, jul. 2011.

GUIRALDELO, Claudete Moreno (Org.). **Língua Portuguesa no Ensino Superior:** Experiências e Reflexões. São Carlos: Claraluz, 2006.

LIMA, João Gabriel de. Falar e escrever, eis a questão. **VEJA**, ed. 1725, ano 34, n. 44, 07 nov. 2001, p. 104.

MADALENO, Ana Cláudia. A importância da Língua Portuguesa para a carreira. **Rh Portal**. s.l. Jan. 2007. Disponível em: http://www.rhportal.com.br/artigos/wmview.php?idc_cad=4jflaf_ku. Acesso em: 30 maio 2012.